



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



MATEUS FERNANDES ARRUDA

**IMPACTO DO ENSINO DE TEORIAS CRIMINOLÓGICAS NA FORMAÇÃO PARA
PREVENÇÃO AO CRIME: um estudo na Academia de Polícia Militar**

GOIÂNIA-GO

2025

MATEUS FERNANDES ARRUDA

**IMPACTO DO ENSINO DE TEORIAS CRIMINOLÓGICAS NA FORMAÇÃO PARA
PREVENÇÃO AO CRIME: um estudo na Academia de Polícia Militar**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério José da Costa.

GOIÂNIA-GO

2025

IMPACTO DO ENSINO DE TEORIAS CRIMINOLÓGICAS NA FORMAÇÃO PARA PREVENÇÃO AO CRIME: um estudo na Academia de Polícia Militar

IMPACT OF TEACHING CRIMINOLOGICAL THEORIES ON CRIME PREVENTION TRAINING: a study at the Military Police Academy

Mateus Fernandes Arruda¹
Rogério José da Costa²

Resumo

O ensino de teorias criminológicas tem ganhado destaque na formação de policiais militares, visando aprimorar a capacidade de prevenção ao crime por meio de fundamentos científicos adaptados à realidade da segurança pública em Goiás. Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto do ensino dessas teorias na preparação dos alunos da Academia de Polícia Militar de Goiás para estratégias preventivas. Realizou-se pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica, análise documental do currículo e questionário estruturado aplicado aos alunos em formação. Os resultados indicam baixa frequência e profundidade superficial na abordagem das principais teorias criminológicas, com destaque para a teoria da atividade de rotina; a maioria dos alunos reconhece a contribuição do ensino para compreender as causas do crime, especialmente para o desenvolvimento da resolução de conflitos operacionais. Foram identificados obstáculos na integração entre teoria e prática e limitações institucionais que dificultam a aplicação dos conhecimentos. Conclui-se que o fortalecimento da formação teórica, aliado ao aumento de exemplos práticos, pode ampliar a eficiência preventiva das ações policiais e promover políticas de segurança mais alinhadas às evidências científicas.

Palavras-chave: Teorias Criminológicas; Formação Policial; Prevenção; Ensino; Segurança Pública.

Abstract

The teaching of criminological theories has become increasingly relevant in the training of military police officers, aiming to enhance crime prevention by providing scientific foundations adapted to the realities of public security in Goiás. This study aims to assess the impact of teaching these theories on the preparation of students at the Goiás Military Police Academy for preventive strategies. A qualitative approach was adopted, with bibliographical review, documental analysis of the curriculum, and a structured questionnaire applied to trainees. The results reveal infrequent and superficial coverage of key criminological theories, with routine activity theory being the most cited; most students recognize that such teaching helps to understand the causes of crime, especially in developing conflict resolution skills. Obstacles were identified in integrating theory and practice, and institutional limitations hinder the effective application of acquired knowledge. The strengthening of theoretical instruction, combined with increased practical examples, is expected to improve preventive police actions and support security policies based on scientific evidence.

Keywords: Criminological Theories; Police Training; Prevention; Teaching; Public Security.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: mateusfernandes1002@gmail.com Telefone: 61 996012273.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Email: rogerquim@gmail.com Telefone: 62992596578.

1 INTRODUÇÃO

A prevenção ao crime figura como objetivo central das políticas de segurança pública, demandando uma análise aprofundada dos elementos que engendram a criminalidade. As teorias criminológicas emergem como instrumentos basilares para a estruturação de estratégias eficazes, conforme delineado por Lopes e Russo (2022), que investigam a eficiência das atividades policiais direcionadas ao controle e à contenção da delinquência.

Na Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), o ensino dessas teorias visa qualificar os policiais em formação para a execução de medidas preventivas alicerçadas em bases científicas da dinâmica criminal, atendendo às exigências operacionais da instituição. O contexto goiano, marcado por desafios delitivos heterogêneos, provenientes de áreas urbanas e rurais, requer que os profissionais da Polícia Militar de Goiás (PMGO) dominem as origens da criminalidade para promover intervenções estratégicas.

Bayley (2002) argumenta que o domínio teórico constitui prerrogativa para a transição de um modelo reativo, centrado na resposta a incidentes, para um modelo proativo, voltado à antecipação de riscos, adaptando-se às particularidades regionais. Apesar da relevância desse arcabouço teórico, persiste uma carência de estudos que examinem sua incorporação ao currículo do CAPM, justificando a presente investigação.

A avaliação do impacto do ensino de teorias criminológicas na formação policial assume relevância para assegurar que a PMGO forme profissionais aptos a implementar estratégias preventivas fundamentadas em evidências científicas. Almeida (2024) observa que a desconexão entre teoria e prática pode restringir a eficácia das operações policiais, comprometendo os esforços de redução da criminalidade.

A pesquisa apresenta implicações institucionais, ao sugerir aprimoramentos no processo formativo, e sociais, ao contribuir para a segurança da população goiana, alinhando-se às diretrizes da Linha de Pesquisa II – Prevenção e Repressão à Criminalidade. O problema a ser investigado reside na seguinte questão: até que ponto o ensino de teorias criminológicas no CAPM capacita os alunos para a aplicação de estratégias de prevenção ao crime, e quais obstáculos formativos obstaculizam essa preparação? Essa interrogação orienta o estudo, buscando identificar barreiras e potencialidades no âmbito educacional da segurança pública.

O objetivo geral consiste em avaliar o impacto do ensino de teorias criminológicas na formação dos policiais do CAPM para a prevenção ao crime, enquanto os objetivos específicos abarcam a identificação dos conteúdos criminológicos ministrados, a análise da percepção dos alunos sobre a aplicabilidade do ensino teórico e a verificação dos desafios na integração desse

conhecimento às práticas de policiamento, conforme apontado por Hipólito (2022) e Koudela (2007).

2 REVISÃO TEÓRICA

O ensino de teorias criminológicas na formação policial constitui campo de investigação que vincula o conhecimento científico à prática operativa no âmbito da segurança pública, com ênfase na contenção da criminalidade. Koudela (2007) define a criminologia como disciplina multidisciplinar que examina as origens do comportamento delitivo, fornecendo base para a construção de políticas preventivas fundamentadas em evidências empíricas.

Essa perspectiva reconhece a interação de fatores sociais, econômicos e psicológicos na gênese da delinquência, sugerindo que a formação policial deve ultrapassar a execução de tarefas operacionais para incorporar análise teórica. Pscheidt e Rios (2021) reforçam essa visão ao posicionar a prevenção do delito como instrumento de limitação dos determinantes sociais da criminalidade, indicando que o treinamento teórico pode orientar intervenções mais eficazes na manutenção da ordem pública.

A relação entre policiamento ostensivo e estratégias preventivas ocupa lugar destacado no estudo da formação policial. Nascimento e Nascimento (2018) identificam o patrulhamento como recurso primordial para inibir a ocorrência de ilícitos, mediante presença visível que desencoraja potenciais infratores, prática tradicionalmente associada à Polícia Militar.

Morais e Vieira (2015) ampliam essa análise ao examinar o policiamento orientado à solução de problemas, implementado na Polícia Militar de Santa Catarina, que integra análise situacional e resposta planejada, sugerindo que a capacitação teórica pode aprimorar essa metodologia. Essa abordagem exige dos policiais a habilidade de reconhecer padrões delitivos e propor soluções baseadas em teorias como a da atividade de rotina, demandando currículo formativo estruturado.

Hipólito (2022) aborda os fatores de risco na preservação da ordem pública, destacando a exposição dos policiais a situações de alta tensão, como confrontos armados, que podem comprometer sua estabilidade psicológica e eficiência operacional. Essa observação aponta para a necessidade de incluir no ensino da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) conteúdos que preparem os alunos para gerenciar tais riscos, utilizando teorias criminológicas que expliquem os motivadores do crime.

Dias e Silva (2019) complementam essa discussão ao enfatizar a relevância da educação continuada na carreira das praças da PMGO, argumentando que o aprendizado contínuo eleva a qualidade das intervenções policiais, sugerindo que a formação inicial no CAPM deve estabelecer base teórica sólida, passível de expansão em treinamentos subsequentes.

A discricionariedade policial e suas implicações éticas emergem como tema relevante na literatura. Romano e Ribeiro (2016) analisam a discricionariedade à luz da criminologia crítica, apontando os limites éticos nas decisões operacionais, como a distinção entre uso e tráfico de drogas, e sugerindo que o ensino de teorias criminológicas pode oferecer parâmetros para escolhas mais fundamentadas. Bittencourt (2023) critica a militarização do controle social como tendência que pode desviar a aplicação dessas teorias, promovendo visão punitivista que negligencia aspectos preventivos, o que reforça a necessidade de ajustar a formação teórica para priorizar a contenção da delinquência.

Cruz (2016) explora as repercussões jurídicas da formação policial no contexto militar, argumentando que o conhecimento criminológico pode orientar a atuação dentro dos marcos legais, reduzindo conflitos com a esfera jurídica. Herkenhoff et al. (2021) analisam os homicídios durante a paralisação da Polícia Militar do Espírito Santo em 2017, concluindo que a falta de preparo teórico contribuiu para a escalada da violência, indicando que o CAPM deve integrar teorias que abranjam prevenção e consequências sociais da atuação policial. Almeida (2024) acrescenta que a desconexão entre teoria e prática pode limitar a eficácia das operações policiais, recomendando simulações que aproximem o ensino das realidades operacionais.

Baptista (2024) destaca a importância da informação no combate e prevenção do crime, sugerindo que o ensino no CAPM incorpore técnicas de análise de dados que complementem as teorias criminológicas, capacitando os alunos a identificar tendências delitivas e planejar intervenções preventivas. Santos et al. (2025) corroboram essa visão ao aplicar a teoria da atividade de rotina ao PATAMO, demonstrando sua eficácia na redução de crimes violentos, o que justifica sua inclusão no currículo. Dias e Panatieri (2019) analisam a segurança pública sob a ótica criminológica, indicando que a formação no CAPM deve refletir as particularidades do cenário goiano, como a diversidade de áreas urbanas e rurais.

A criminologia antropofágica, proposta por Herkenhoff et al. (2021), oferece perspectiva inovadora ao considerar influências culturais e históricas na criminalidade, sugerindo que o CAPM adapte seu ensino às particularidades do estado de Goiás. Koudela (2007) alerta para a necessidade de consenso na prevenção do crime, evitando abordagens fragmentadas e promovendo visão integrada que una teoria e prática. A militarização do controle social, criticada por Bittencourt (2023), levanta questionamentos sobre a compatibilidade da estrutura da PMGO com teorias preventivas, sugerindo ajuste no currículo para priorizar a contenção da delinquência.

Morais e Vieira (2015) indicam que o policiamento orientado a problemas pode constituir alternativa viável, desde que os alunos sejam capacitados para analisar dados e planejar

ações preventivas, demandando investimento em formação teórica. Hipólito (2022) evidencia a exposição dos policiais a estresse, reforçando a necessidade de incluir no ensino do CAPM conteúdos que abordem resiliência, baseados em teorias criminológicas que expliquem impactos psicológicos. Dias e Silva (2019) propõem que a educação continuada amplie a capacitação inicial, adaptando os profissionais às mudanças no cenário delitivo.

Romano e Ribeiro (2016) tratam a discricionariedade policial como elemento mitigável pelo ensino de teorias críticas, que orientam decisões éticas e legais, sugerindo que o CAPM forme policiais conscientes de suas responsabilidades sociais. Cruz (2016) destaca a interação entre direito militar e criminologia, indicando que o conhecimento teórico pode reduzir litígios e elevar a legitimidade da atuação policial. Pscheidt e Rios (2021) posicionam a prevenção como limitador dos fatores sociais de criminalidade, recomendando que o CAPM aborde causas estruturais como desigualdade e exclusão social.

Nascimento e Nascimento (2018) argumentam que o patrulhamento ostensivo, associado a conhecimento criminológico, pode tornar-se ferramenta preventiva mais eficaz com treinamento adequado. Lopes e Russo (2022) investigam a eficiência das atividades policiais preventivas, sugerindo que a formação teórica no CAPM deve alinhar-se às demandas operacionais. Bayley (2002) defende a transição para modelo proativo, enquanto Santos et al. (2025) aplicam a teoria da atividade de rotina ao PATAMO, reforçando a inclusão desse conteúdo.

A ausência de suporte institucional, identificada por Dias e Panatieri (2019), configura obstáculo à aplicação do conhecimento teórico, sugerindo que o CAPM invista em estruturas que facilitem a transição para a prática. Almeida (2024) recomenda simulações que aproximem os alunos das realidades operacionais, promovendo formação integrada. Herkenhoff et al. (2021) propõem a criminologia antropofágica para enriquecer a formação com contexto cultural, enquanto Koudela (2007) adverte sobre a necessidade de abordagem consensual.

Bittencourt (2023) critica a militarização como barreira à prevenção, exigindo reformulação curricular. Moraes e Vieira (2015) sugerem policiamento orientado a problemas como alternativa, desde que respaldado por formação teórica. Hipólito (2022) reforça a inclusão de resiliência no currículo, enquanto Dias e Silva (2019) destacam a educação continuada. Romano e Ribeiro (2016) e Cruz (2016) enfatizam a mitigação da discricionariedade e a legitimidade da atuação policial por meio do ensino teórico.

Pscheidt e Rios (2021) e Nascimento e Nascimento (2018) abordam a prevenção como resposta a fatores sociais, enquanto Baptista (2024) e Santos et al. (2025) valorizam a análise de dados e a teoria da atividade de rotina. Dias e Panatieri (2019) e Almeida (2024) apontam a

necessidade de suporte institucional e simulações, integrando teoria e prática na formação do CAPM para enfrentar os desafios da segurança pública.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotará abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo para examinar o impacto do ensino de teorias criminológicas na formação dos alunos da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). A pesquisa bibliográfica será conduzida com base em obras como Lopes e Russo (2022) e Bayley (2002), que fornecem arcabouço teórico sobre criminologia e policiamento proativo, orientando a análise do currículo do CAPM. A análise documental envolverá exame da grade curricular, planos de aula e materiais didáticos utilizados no curso de formação, inspirando-se em Dias e Panatieri (2019) para mapear conteúdos criminológicos ministrados.

A pesquisa de campo consistirá na aplicação de questionário estruturado, desenvolvido na plataforma Google Forms, a amostra de alunos do CAPM, selecionada por amostragem não probabilística, conforme sugerido por Baptista (2024) e Cruz (2016), com objetivo de captar percepções sobre relevância e aplicabilidade do ensino teórico. O questionário abrangerá questões relacionadas aos conteúdos ministrados, à utilidade prática das teorias e aos desafios enfrentados, alinhando-se às abordagens de Almeida (2024) e Santos et al. (2025). Os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo, com categorização temática das respostas, seguindo metodologia de Baptista (2024), para identificar padrões e limitações no processo formativo, assegurando avaliação sistemática da preparação dos alunos para estratégias preventivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos alunos da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) permitem examinar o impacto do ensino de teorias criminológicas na formação para prevenção ao crime. A pesquisa contou com 32 participantes, todos alunos em formação no CAPM, com consentimento unânime para participação, distribuídos predominantemente em patentes iniciais e tempos de formação curtos, o que reflete uma amostra representativa de profissionais em etapas precoces de qualificação policial.

A questão 1 investigou a patente atual dos participantes no CAPM, revelando predominância de alunos-soldados, o que indica uma amostra composta majoritariamente por profissionais em etapas iniciais de formação. Os resultados são detalhados na Tabela 1, que resume a distribuição das patentes e evidencia a concentração em níveis iniciais, compatível com o foco em formação básica para prevenção delitiva.

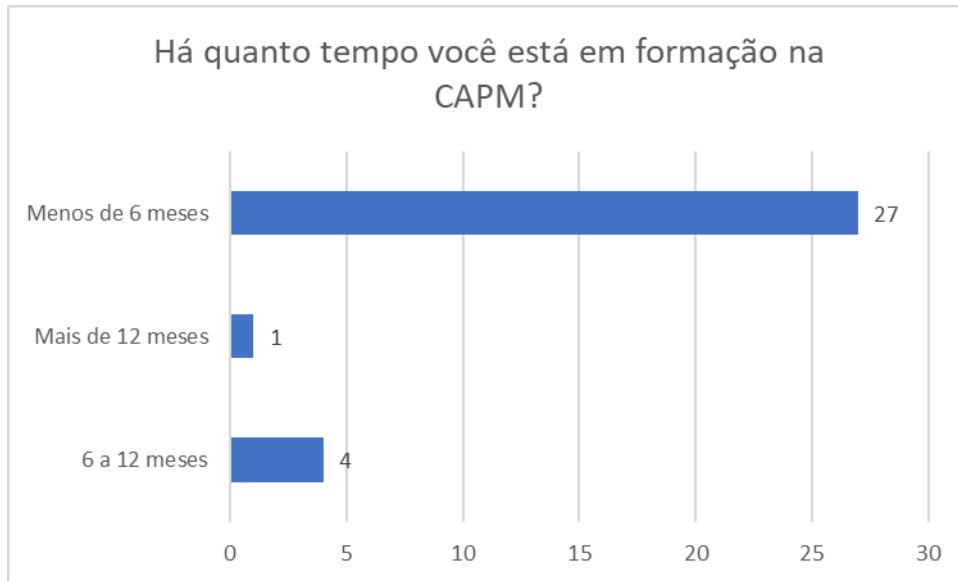
Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Aluno-Soldado	31	96.88
1° Sargento	1	3.12

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Esses achados convergem com as observações de Dias e Silva (2019) sobre a importância da educação continuada na carreira das praças da PMGO, onde alunos em formação inicial, como a maioria dos respondentes, beneficiam-se de conteúdos teóricos para desenvolver competências preventivas, permitindo a aplicação de princípios criminológicos em operações ostensivas. Hipólito (2022) complementa essa perspectiva ao discutir fatores de risco na preservação da ordem pública, sugerindo que patentes iniciais, prevalentes na amostra, demandam integração precoce de teorias criminológicas para mitigar contrastes com práticas reativas, promovendo uma transição para modelos proativos de policiamento.

A questão 2 avaliou o tempo de formação no CAPM, com ênfase em períodos iniciais, o que reflete níveis variados de exposição ao currículo. Os dados são expostos no Gráfico 1, que ilustra a distribuição temporal e destaca a concentração em menos de seis meses, sinalizando limitações na consolidação de conhecimentos teóricos para estratégias preventivas.

Gráfico 1 - Tempo de formação no CAPM



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados alinham-se às análises de Moraes e Vieira (2015) sobre policiamento orientado à solução de problemas na PMSC, onde tempos curtos de formação, como observados na maioria, limitam a aplicação de conhecimentos teóricos em intervenções preventivas, restringindo a identificação de causas delitivas em contextos operacionais. Dias e Panatieri (2019) corroboram essa visão ao relacionar criminologia e segurança pública, apontando que exposições prolongadas, menos frequentes na amostra, contrastam com a necessidade de treinamento estendido para otimizar estratégias de contenção delitiva, favorecendo a integração de evidências empíricas na prática policial.

A questão 3 identificou as teorias criminológicas abordadas no curso de formação, a distribuição é ilustrada na Tabela 2, que quantifica as menções e revela lacunas no currículo, com implicações para a compreensão de padrões delitivos na formação policial.

Tabela 2 - Teorias criminológicas abordadas no curso de formação

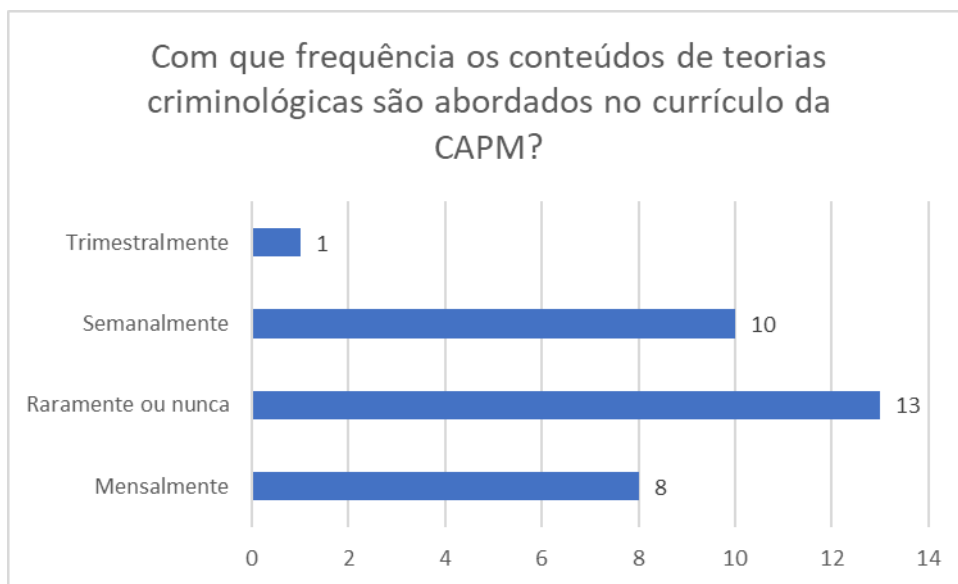
Opção	Quantidade (menções)	Porcentagem (%)
Nenhuma das anteriores	16	50.00
Teoria da Atividade de Rotina	12	37.50
Criminologia Gerencialista	8	25.00
Criminologia Crítica	5	15.62
Outra (ex.: Nem sei o que se trata)	1	3.12

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Esses dados convergem com Santos et al. (2025), que examinam o Patamo sob a perspectiva da Teoria da Atividade de Rotina na prevenção de crimes violentos, semelhante à teoria mais citada pelos respondentes, permitindo a análise de rotinas delitivas em operações de patrulhamento. Bittencourt (2023) reforça essa análise ao discutir criminologia gerencialista e militarização do controle social, destacando que ausências prevalentes, como observadas, contrastam com a exigência de abordagens críticas para equilibrar o currículo formativo, promovendo uma avaliação mais ampla das origens sociais da criminalidade.

A questão 4 examinou a frequência com que os conteúdos de teorias criminológicas são abordados no currículo do CAPM, com respostas concentradas em raridade ou ausência. Os resultados aparecem no Gráfico 2, que representa a distribuição e evidencia a irregularidade na incorporação de conteúdos teóricos, com repercussões na capacitação para controle da criminalidade.

Gráfico 2 - Frequência de abordagem de teorias criminológicas no currículo



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Esses achados ecoam as contribuições de Lopes e Russo (2022) sobre a eficiência do policiamento na prevenção do crime, onde frequências irregulares limitam o controle da criminalidade, prejudicando a aplicação de medidas baseadas em evidências científicas. Koudela (2007) complementa ao definir a criminologia como multidisciplinar para investigação das origens do crime, indicando que abordagens raras, como prevalentes na amostra, contrastam com

modelos de integração contínua para consenso na prevenção, demandando ajustes curriculares para alinhar a formação às demandas operacionais de segurança pública.

A questão 5 avaliou o grau de profundidade com que as teorias criminológicas são apresentadas no curso, com percepções equilibradas entre níveis superficiais e moderados. A síntese é apresentada na Tabela 3, que classifica os graus e demonstra a prevalência de abordagens limitadas, afetando a análise de fatores delitivos na preparação policial.

Tabela 3 - Grau de profundidade das teorias criminológicas no curso

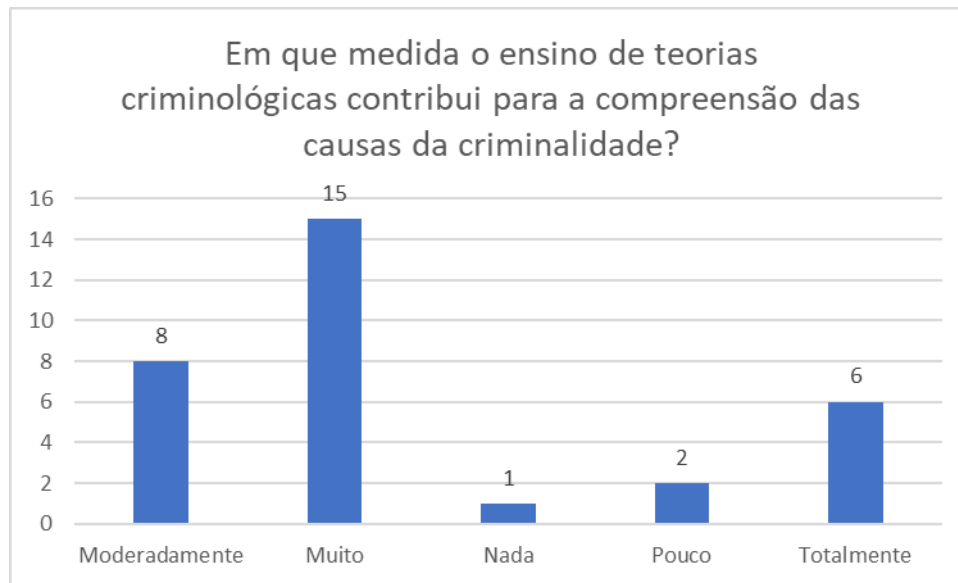
Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Muito superficial	9	28.12
Superficial	9	28.12
Moderado	9	28.12
Profundo	4	12.50
Muito profundo	1	3.12

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados alinham-se às observações de Cruz (2016) sobre direito militar e criminologia na esfera jurídico-militar, onde profundidades limitadas comprometem a repercussão em decisões operacionais, restringindo a aplicação de princípios teóricos em contextos de prevenção. Romano e Ribeiro (2016) corroboram ao analisar discricionariedade policial à luz da criminologia crítica, apontando que níveis moderados, como citados, contrastam com exigências de análise aprofundada para distinções em contextos delitivos, favorecendo uma formação mais robusta para o exercício da autoridade policial.

A questão 6 investigou em que medida o ensino de teorias criminológicas contribui para a compreensão das causas da criminalidade, revelando contribuições elevadas como dominantes. Os dados são expostos no Gráfico 3, que quantifica os graus de contribuição e destaca o potencial do ensino teórico na identificação de determinantes delitivos.

Gráfico 3 - Contribuição do ensino para compreensão das causas da criminalidade



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Esses achados convergem com Pscheidt e Rios (2021), que discutem a prevenção do delito como limitador de fatores sociais de criminalidade, onde contribuições muito ou totais apoiam a formação preventiva, permitindo a mitigação de riscos sociais em operações policiais. Baptista (2024) reforça essa perspectiva ao explorar a relevância de dados na criminologia para prevenção, destacando que graus moderados contrastam com barreiras em acessos a evidências empíricas, demandando maior ênfase em conteúdos analíticos para fortalecer a capacidade investigativa.

A questão 7 analisou as habilidades mais desenvolvidas pelo ensino de teorias criminológicas no CAPM, com resolução de conflitos operacionais como principal. A distribuição é detalhada na Tabela 4, que registra as menções e evidencia o foco em competências práticas para resolução de incidentes delitivos.

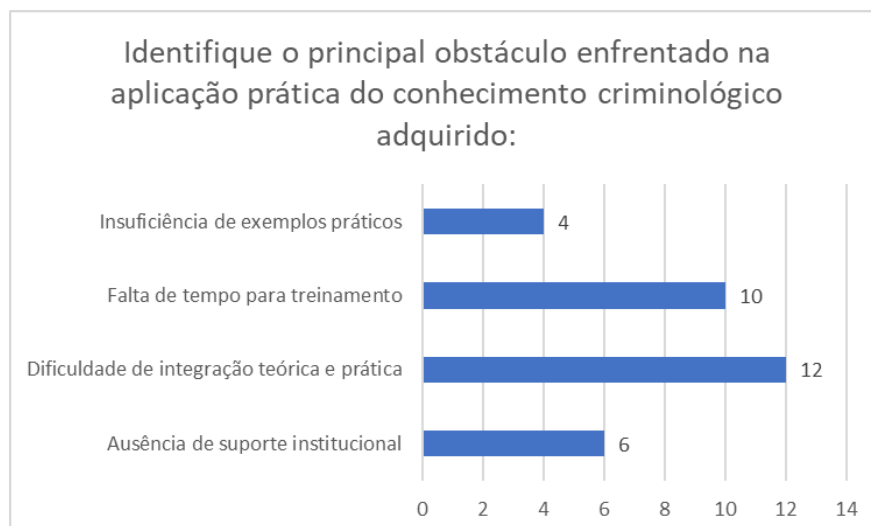
Tabela 4 - Habilidades desenvolvidas		
Opção	Quantidade (menções)	Porcentagem (%)
Resolução de conflitos operacionais	18	56.25
Identificação de padrões delitivos	12	37.50
Planejamento de intervenções preventivas	10	31.25
Análise de dados criminais	9	28.12

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados ecoam Nascimento e Nascimento (2018), que examinam policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos, onde habilidades como resolução de conflitos, priorizadas, elevam a capacidade operativa, permitindo respostas mais eficazes a padrões criminosos. Almeida (2024) complementa ao discutir o papel da PM na balança da justiça, destacando que análises de padrões, menos citadas, contrastam com necessidades de proteção social integrada, promovendo um equilíbrio entre repressão e prevenção na formação policial.

A questão 8 examinou o principal obstáculo na aplicação prática do conhecimento criminológico adquirido, com dificuldade de integração teórica e prática como prevalente. Os achados são ilustrados no Gráfico 4, que classifica os obstáculos e demonstra barreiras predominantes na transição do conhecimento acadêmico para ações operacionais.

Gráfico 4 - Principal obstáculo na aplicação prática do conhecimento criminológico



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Esses dados convergem com Bayley (2002), que oferece análise comparativa de padrões de policiamento, onde integrações difíceis emergem como barreiras à transição proativa, limitando a antecipação de riscos delitivos. Herkenhoff et al. (2021) corroboram ao analisar homicídios durante paralisação da PMES sob criminologia antropofágica, indicando que faltas de suporte, como observadas, contrastam com modelos de mitigação de riscos, exigindo maior alinhamento institucional para superar lacunas formativas.

A questão 9 avaliou a frequência de utilização dos conhecimentos de teorias criminológicas em atividades simuladas ou práticas no CAPM, com usos ocasionais e raros como dominantes. A síntese aparece na Tabela 5, que quantifica as frequências e revela subutilização em cenários práticos, com implicações para a preparação em prevenção delitiva.

Tabela 5 - Frequência de utilização em atividades simuladas ou práticas

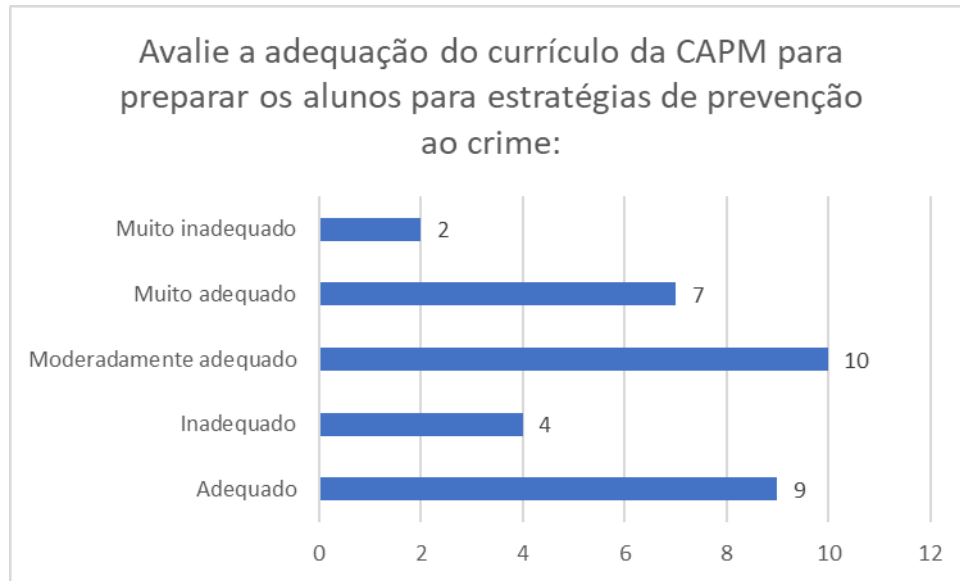
Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Ocasionalmente	10	31.25
Raramente	9	28.12
Frequentemente	7	21.88
Nunca	6	18.75
Sempre	0	0.00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados alinham-se às contribuições de Hipólito (2022) sobre fatores de risco na ordem pública, onde utilizações irregulares limitam a preservação preventiva, restringindo a aplicação de teorias em simulações operacionais. Morais e Vieira (2015) reforçam essa visão ao explorar policiamento orientado à solução de problemas, apontando que ausências frequentes contrastam com treinamentos simulados otimizados, demandando maior frequência para aprimorar respostas a problemas delitivos complexos.

A questão 10 avaliou a adequação do currículo do CAPM para preparar os alunos para estratégias de prevenção ao crime, com percepções moderadas e adequadas como prevalentes. Os dados são apresentados no Gráfico 5, que classifica os níveis de adequação e evidencia oportunidades de aprimoramento no currículo formativo.

Gráfico 5 - Adequação do currículo do CAPM para prevenção ao crime



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Esses achados convergem com Lopes e Russo (2022), que questionam se policiamento previne o crime, onde adequações moderadas apoiam controles eficientes, permitindo a avaliação de atividades policiais voltadas à contenção da delinquência. Koudela (2007) complementa ao enfatizar a multidisciplinaridade na criminologia, destacando que inadequações, como citadas, contrastam com consensos preventivos baseados em origens delitivas, sugerindo revisões curriculares para alinhar a formação às demandas de segurança pública.

Os resultados obtidos relacionam-se aos objetivos do estudo ao demonstrar que conteúdos criminológicos são ministrados de forma limitada no CAPM, com impactos positivos na compreensão de causas, embora desafios como integração teórico-prática demandem ajustes curriculares para aprimorar a formação preventiva, contribuindo para a estruturação de políticas de segurança pública baseadas em evidências científicas.

5 CONCLUSÃO

A investigação realizada evidencia que o ensino de teorias criminológicas ainda ocorre de maneira incipiente na formação da Academia de Polícia Militar de Goiás, seja pela oferta reduzida de conteúdos ou pela superficialidade com que são tratados os temas no decorrer do curso. A predominância de alunos em estágios iniciais e o tempo curto de formação reforçam a perspectiva de um quadro que exige maior aprofundamento e regularidade no contato com o conhecimento teórico.

Observa-se que, embora muitos participantes reconheçam a utilidade dessas teorias para entender as causas da criminalidade e aprimorar a resolução de situações operacionais, persistem dificuldades quando se trata de integrar teoria e prática no cotidiano institucional, seja pela escassez de exemplos aplicados, seja pela limitação de iniciativas simuladas que conectem o ensino ao contexto real da atividade policial.

A pesquisa revela que teorias como a da atividade de rotina figuram entre as mais mencionadas, mas metade dos alunos indicou ausência de referências teóricas significativas em seu processo formativo. A abordagem das principais temáticas ocorre de modo esporádico e com níveis de profundidade frequentemente classificados como superficiais ou apenas moderados. Mesmo assim, o ensino mostrou-se relevante para o desenvolvimento de habilidades voltadas à identificação de padrões delitos e ao planejamento de intervenções preventivas, embora a frequência de aplicação prática dessas competências em atividades simuladas ou operacionais permaneça baixa.

Constata-se que o currículo do CAPM é visto pelos alunos como moderadamente adequado para preparar as praças para desafios preventivos, destacando-se que há espaço para aprimoramento, tanto na oferta de conteúdos quanto na incorporação de metodologias que aproximem teoria e prática. Investir em maior integração entre o ensino teórico e situações reais pode contribuir para a formação de policiais mais preparados para atuar de modo proativo e estruturado no enfrentamento dos diferentes perfis de criminalidade presentes em Goiás.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Charles da Silva. O Papel Da Polícia Militar Na Balança Da Justiça: Entre O Direito Penal E A Proteção Social. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 6451-6461, 2024.
- BAPTISTA, Juliana Drumond. Informação e criminologia: A relevância dos dados para o conhecimento, o combate e a prevenção do crime. **Avante: Revista Acadêmica da Polícia de Minas Gerais**, v. 1, n. 5, 2024.
- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp; 2002.
- BITTENCOURT, Matheus Boni. A razão punitiva: criminologia gerencialista e militarização do controle social. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 11, n. 20, 2023.
- CRUZ, Carla Fernanda. Direito Militar E Criminologia: Repercussão Na Esfera Jurídico-Militar. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, 2016.
- DIAS, Cássio Henrique Silva; PANATIERI, Cristiane Bianco. Criminologia e segurança pública. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2019.
- DIAS, Thalisson Oliveira; SILVA, Sullyvan Garcia. **A Importância Da Educação Continuada Na Carreira Das Praças Da Polícia Militar Do Estado De Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2019.
- HERKENHOFF, Luciana Souza Borges; MELO, Elisângela Leite; DE ALMEIDA, Karoline Batestini. Criminologia antropofágica: homicídios ocorridos durante a paralisação da polícia militar no estado do espírito santo no ano de 2017. **Juris Poiesis-Qualis B1**, v. 24, n. 35, p. 249-266, 2021.
- HIPÓLITO, Marcello Martinez. Polícia Militar e os fatores de risco na preservação da ordem pública. **Periódico Científico PMPA EM REVISTA**, v. 1, n. 2, p. 86-95, 2022.
- KOUDELA, Marcello Souza Costa Neves. Criminologia: A multidisciplinaridade na investigação das origens do crime e o consenso quanto à sua prevenção. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 11, n. 22, p. 29-40, 2007.
- LOPES, Pedro Luís de Souza; RUSSO, Ana Carolina. Policiamento previne o crime? A eficiência das atividades policiais voltadas ao controle e prevenção da criminalidade. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 15, n. 2, 2022.
- MORAIS, Igor Araújo Barros; VIEIRA, Thiago Augusto. Policiamento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina–Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, p. 232-248, 2015.

NASCIMENTO, Nélio Reis Biá; NASCIMENTO, Paula Rafaela Tagata Biá. Policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos. **Revista Eletrônica Casa de Makunaíma**, v. 1, n. 1, p. 93-101, 2018.

PSCHEIDT, Ana Cássia Gatelli; RIOS, Helio Sales. A prevenção do delito como limitador dos fatores sociais de criminalidade. **Profanações**, v. 8, p. 290-311, 2021.

ROMANO, Pedro Machado; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Foi uso ou foi tráfico de drogas? A discricionariedade policial à luz da criminologia crítica. **Rev Med Minas Gerais**, v. 26, n. Supl 8, p. S345-S350, 2016.

SANTOS, José Paulo Lira Silva et al. Patamo na perspectiva da teoria da atividade de rotina e a prevenção dos crimes violentos. **Revista Ciência & Polícia**, v. 11, n. 1, 2025.

APÊNDICE A – TÍTULO

Prezado(a) Aluno(a) da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Impacto do Ensino de Teorias Criminológicas na Formação para Prevenção ao Crime: Um Estudo no CAPM", conduzida por Mateus Fernandes Arruda, vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. O estudo visa avaliar como o ensino de teorias criminológicas influencia a preparação para estratégias preventivas, conforme abordagens de Hipólito (2022) e Herkenhoff et al. (2021). A participação envolve responder a questionário anônimo via Google Forms, com duração aproximada de 15 a 20 minutos, em data compatível com sua rotina. Não se identificam riscos além dos habituais, e você poderá desistir a qualquer momento sem prejuízo. Os dados serão tratados de forma confidencial, codificados e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar de forma livre e esclarecida:

- Sim
- Não (se marcado, o questionário será encerrado)

1. Qual é sua patente atual no CAPM?

- Aluno-Soldado
- Aluno-Cabo
- Outra (especificar: _____)

2. Há quanto tempo você está em formação no CAPM?

- Menos de 6 meses
- 6 a 12 meses
- Mais de 12 meses

3. Quais teorias criminológicas foram abordadas em seu curso de formação? (marque todas que se aplicam)

- Teoria da Atividade de Rotina
- Criminologia Crítica
- Criminologia Gerencialista
- Nenhuma das anteriores
- Outra (especificar: _____)

4. Com que frequência os conteúdos de teorias criminológicas são abordados no currículo do CAPM?
- Semanalmente
 - Mensalmente
 - Trimestralmente
 - Raramente ou nunca
5. Avalie o grau de profundidade com que as teorias criminológicas são apresentadas no curso:
- Muito superficial
 - Superficial
 - Moderado
 - Profundo
 - Muito profundo
6. Em que medida o ensino de teorias criminológicas contribui para a compreensão das causas da criminalidade?
- Nada
 - Pouco
 - Moderadamente
 - Muito
 - Totalmente
7. Quais das seguintes habilidades você considera mais desenvolvidas pelo ensino de teorias criminológicas no CAPM? (marque apenas uma)
- Identificação de padrões delitivos
 - Planejamento de intervenções preventivas
 - Resolução de conflitos operacionais
 - Análise de dados criminais
8. Identifique o principal obstáculo enfrentado na aplicação prática do conhecimento criminológico adquirido:
- Insuficiência de exemplos práticos
 - Falta de tempo para treinamento
 - Ausência de suporte institucional
 - Dificuldade de integração teórica e prática
9. Com que frequência você utiliza os conhecimentos de teorias criminológicas em atividades simuladas ou práticas no CAPM?

Nunca

Raramente

Ocasionalmente

Frequentemente

Sempre

10. Avalie a adequação do currículo do CAPM para preparar os alunos para estratégias de prevenção ao crime:

Muito inadequado

Inadequado

Moderadamente adequado

Adequado

Muito adequado